

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS

Giovanna Lyra

**A TRADUÇÃO COMO ATO QUE PROMOVE  
A INCLUSÃO DAS MULHERES**

Porto Alegre  
2018

Giovanna Lyra

**A TRADUÇÃO COMO ATO QUE PROMOVE  
A INCLUSÃO DAS MULHERES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado ao Instituto de Letras da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharela em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Karina de Castilhos Lucena

Porto Alegre

2018

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

### CIP - Catalogação na Publicação

Lyra da Silva, Giovanna  
A TRADUÇÃO COMO ATO QUE PROMOVE A INCLUSÃO DAS  
MULHERES / Giovanna Lyra da Silva. -- 2018.  
41 f.  
Orientadora: Karina de Castilhos Lucena.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Letras, Curso de Letras: Tradutor Português e  
Espanhol, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Linguagem Inclusiva. 2. Tradução. 3. Linguagem  
não sexista. I. de Castilhos Lucena, Karina, orient.  
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Giovanna Lyra

**A TRADUÇÃO COMO ATO QUE PROMOVE**

**A INCLUSÃO DAS MULHERES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Letras.

Aprovada em: 22 de janeiro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Karina de Castilhos Lucena – Orientadora

---

Profa. Dra. Marina Leivas Waquil – UFRGS

---

Profa. Dra. Magali Lopes Endruweit – UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho gostaria de agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, me ajudaram a chegar até aqui e foram fundamentais nesse processo.

À minha mãe e ao meu pai pelo amor e apoio incondicional que, com muito carinho, não mediram esforços para que eu chegasse até aqui, além de sempre acreditaram em mim.

Às minhas amigas e aos meus amigos que me deram força e palavras de incentivo nos momentos difíceis.

À minha orientadora que sempre buscou me acalmar e me lembrar o quão singular era o trabalho que eu estava desenvolvendo. Às professoras da banca que foram importantes durante minha trajetória acadêmica e que, carinhosamente, aceitaram fazer parte deste momento.

E a todas e todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação pessoal, profissional e acadêmica, meu muito obrigada.

*Nada hay absoluto.*

*Todo se cambia,*

*todo se mueve,*

*todo revoluciona,*

*todo vuela y se va.*

*(Frida Kahlo)*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar argumentos que defendem a realização de traduções, do par de línguas português/espanhol, que utilizem a linguagem inclusiva. Para tanto, foram feitos o levantamento e a sistematização dos argumentos propostos pela autora Olga Castro Vázquez e pelo Manual para o uso não sexista da linguagem (2014), que defendem essa posição. Também foram analisados documentos oficiais da cidade de Buenos Aires que fazem o uso dessa linguagem. A partir disso, apresenta-se uma tradução que leva em conta o léxico inclusivo. O conjunto de argumentos levantados mostra a importância de adotar o uso da linguagem inclusiva, de forma a explicitar a inclusão das mulheres no discurso. Sobre o processo tradutório, do português para o espanhol, pode-se afirmar que é possível aplicar de diversas maneiras a linguagem inclusiva nos textos.

Palavras-chave: **Tradução; Linguagem Inclusiva; Linguagem não sexista.**

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar argumentos que defienden la realización de traducciones, del par de lengua portugués/español, que utilicen el lenguaje inclusivo. Por ello, se hizo el relevamiento y la sistematización de los argumentos propuestos por la autora Olga Castro Vázquez y por el Manual para o uso não sexista da linguagem (2014), que defienden esa posición. También se analizó documentos oficiales de la ciudad de Buenos Aires que utilizan ese lenguaje. A partir de eso, se presenta una traducción que utiliza el léxico inclusivo. El conjunto de argumentos relevados muestra la importancia de adoptar el uso del lenguaje no sexista, para explicitar la inclusión de las mujeres en el discurso. Sobre el proceso traductor, del portugués al español, se puede afirmar que es posible aplicar de distintas maneras el lenguaje inclusivo en los textos.

Palabras-clave: **Traducción; Lenguaje Inclusivo; Lenguaje no sexista.**

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** – Alternativas de recursos linguísticos para evitar que se utilize “homens” para referir-se a toda a humanidade | 26

**Figura 2** – Os genéricos | 28

**Figura 3** – Alternativas de recursos linguísticos para evitar que se utilize a forma masculina em adjetivos, profissões ou cargos quando não sabemos o gênero das pessoas às quais nos referimos | 36

**Figura 4** – Alternativas de recursos linguísticos para evitar que se utilizem pronomes e advérbios com gênero masculino, optando por palavras que têm o mesmo sentido e não marcam um gênero específico | 39

## SUMÁRIO

### **1 INTRODUÇÃO | 11**

### **2 A LINGUAGEM INCLUSIVA | 16**

### **3 A LINGUAGEM INCLUSIVA EM DOCUMENTOS OFICIAIS | 19**

#### **3.1 A LINGUAGEM INCLUSIVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | 19**

##### **3.1.1 Lei nº 14.484, de 30 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual | 20**

##### **3.1.2 Manual para o uso não sexista da linguagem – o que bem se diz bem se entende, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul | 23**

#### **3.2 A LINGUAGEM INCLUSIVA EM BUENOS AIRES | 27**

### **4 A TEORIA NA PRÁTICA: PROPOSTA DE TRADUÇÃO UTILIZANDO LINGUAGEM INCLUSIVA | 29**

#### **4.1 OMISSÃO | 33**

#### **4.2 UTILIZAÇÃO DE PALAVRAS QUE REPRESENTEM OS DOIS GÊNEROS E REESCRITA | 34**

#### **4.3 UTILIZAÇÃO DOS DOIS GÊNEROS (MASCULINO E FEMININO) | 36**

#### **4.4 USO DO “QUEM” | 38**

### **5 CONCLUSÃO | 41**

### **6 REFERÊNCIAS | 42**

## 1. INTRODUÇÃO

O ano de 2013 foi marcado por causar várias reviravoltas na minha vida, não só no que diz respeito a minha vida profissional – porque foi o ano do meu primeiro emprego –, mas também, no que diz respeito à minha vida acadêmica. Fui aprovada no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, para cursar Bacharelado em Letras, com ênfase em Língua Espanhola. Desde o início do curso, as questões de preconceito linguístico – como as que são abordadas por Marcos Bagno – e de contestar aquilo que é considerado certo ou errado no uso da língua despertaram em mim o interesse de questionar o uso do masculino como neutro e, também, de propor o uso de uma linguagem inclusiva como mais uma forma de combater este preconceito linguístico. Mais pra frente no curso, com a chegada das disciplinas específicas de tradução, comecei a me questionar de que forma poderia inserir isso na minha profissão como tradutora.

No mesmo ano comecei a trabalhar como estagiária na Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul – SPM/RS. Foi nesse ambiente de trabalho que tive meu primeiro contato com uma luta que rapidamente me identifiquei e senti vontade de colocá-la em prática: a do uso de uma linguagem não sexista de gênero. Um dos projetos propostos pela SPM, para promover a igualdade de gênero e a inclusão das mulheres e meninas gaúchas na sociedade, foi a elaboração de um Manual para o uso não sexista da linguagem. O Manual tinha como finalidade propor que os atos falados e escritos da administração pública do nosso Estado, como discursos e documentos oficiais do Governo (ofícios, memorandos, publicações em Diário Oficial, editais, etc.) utilizassem palavras no feminino e no masculino para o tratamento de grupos mistos, dando visibilidade às mulheres e evitando construções como “**os** Secretários de Estado presentes”, tendo em vista que só contemplam e incluem **os** Secretários do sexo **masculino**.

Como a SPM tinha uma temática voltada para a promoção da autonomia das mulheres, a equipe era composta por 67 mulheres e, apenas, três homens, colocando, efetivamente, em prática que mulheres ocupassem espaços dentro do Governo. Como éramos uma maioria de mulheres, acredito que isso era muito significativo, não só para mim, mas para todas e, também, para o trabalho que era desenvolvido pela Secretaria. Em cada história que recebíamos e a cada situação que tomávamos conhecimento,

aquilo nos sensibilizava porque, de certa forma, podíamos nos enxergar nas vulnerabilidades sofridas por aquelas mulheres, sabendo que cada uma de nós poderia estar no lugar delas e sermos as vítimas dos atos praticados por uma sociedade machista. Portando, isso se refletia no trabalho e nas ações realizadas pela Secretaria.

No final do mesmo ano, aconteceu a festa de confraternização entre colegas da Secretaria. A Chefa de Gabinete começou a fazer uma fala inicial dando as boas-vindas a todas. Ela disse “bom dia a **todas**”, fez uma pausa na fala dela e se dirigiu aos três homens que estavam ali, dizendo “peço licença para me dirigir a vocês também no feminino, já que estamos em uma maioria de mulheres. Pois, quando as pessoas falam para plateias com ambos os sexos, o fato de ter apenas um homem presente já é o suficiente para usar o masculino como neutro para se referir a todas as pessoas presentes, mas, eu não pretendo fazer isso. Vocês homens são minoria aqui hoje, então se sintam incluídos na minha fala”. E ela continuou falando “todas”, “funcionárias”. Vi todas as mulheres presentes muito felizes com a fala da Chefa de Gabinete. Inclusive eu.

Enquanto isso, olhei imediatamente para os três funcionários homens e notei a cara de insatisfação que eles faziam, o desconforto por serem cumprimentados com um “bom dia a todas” e pelas palavras proferidas no discurso da Chefa de Gabinete estarem sempre no feminino. Uma alegria e uma satisfação imensa tomaram conta de mim naquele momento, uma sensação diferente de tudo que eu já havia experimentado; me senti extremamente confortável com a situação. Mesmo sem entender naquele exato momento o porquê, eu me senti muito bem ao ver alguém se dirigindo a uma plateia com homens e mulheres usando palavras no feminino, reconhecendo e reafirmando que a maioria das pessoas presentes naquele lugar eram mulheres; não se rendendo ao fato de que a presença de alguns poucos homens fosse o suficiente para neutralizar as palavras usando o masculino.

No entanto, foi só no quarto semestre da faculdade, quando começaram as cadeiras de tradução que eu pude enxergar na prática como estas questões de gênero na linguagem poderiam ser resolvidas e como a linguagem inclusiva poderia ser utilizada. Em 2015/2, na cadeira de Tradução do Espanhol III<sup>1</sup>, trabalhamos um pouco com tradução literária e traduzimos o texto *Decálogo del perfecto cuentista* (1927), de Horacio Quiroga. Na lição número IV do Decálogo, Quiroga diz “*Ten fe ciega no en tu capacidad para el triunfo, sino en el ardor con que lo deseas. Ama a tu arte como a tu*

---

<sup>1</sup> Disciplina ministrada pela Profa. Dra. Marina Leivas Waquil.

*novia, dándole todo tu corazón*”. Em um primeiro momento, eu traduzi o texto exatamente como o Texto de Partida “Acredita cegamente não na tua capacidade de triunfar, mas no entusiasmo com o qual desejas. Ama tua arte como a tua amada, dando todo teu coração”. Porém, na hora de discutirmos a tradução, vi que minha colega<sup>2</sup> tinha feito a seguinte proposta “(...) Ama tua arte **como a pessoa amada**”, achei o uso de “pessoa amada” tão mais inclusivo e, só assim, pude perceber como a inclusão funciona através do uso da língua, principalmente, na hora de traduzir e o quanto as minhas escolhas como tradutora interferem e alteram o que eu quero efetivamente comunicar com aquele texto. Dizer “Ama tua arte como a tua amada” é limitar, pois deixa subentendido que **o autor, o escritor, o contista** são sempre pessoas do sexo masculino, enquanto optar por traduzir para “Ama tua arte como a pessoa amada” é incluir todas as pessoas que amam, sem distinção de sexo ou de gênero. Claro que na época de Quiroga não havia sequer espaço para que discussões como essa fossem levantadas, mas, hoje, com o avanço das conquistas dos direitos das mulheres, temos essa liberdade.

Acredito também que, antigamente, discussões como estas não eram propostas pelo simples fato de que nós mulheres não ocupávamos determinados espaços e lugares que ocupamos hoje. Quando Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil em 2011, por exemplo, começou a se apresentar como **Presidenta** da República, termo que nunca foi bem aceito pela oposição porque “a Dilma estava querendo inventar uma palavra nova” ou porque “essa palavra não existe no dicionário, não é aceita pela gramática”. Não acho que Dilma tenha inventado uma palavra nova, até porque na língua espanhola, por exemplo, a palavra **Presidenta** sempre existiu. Acredito que, até então, simplesmente ninguém tenha sentido a necessidade de ser chamada de **Presidenta** porque nunca uma mulher havia ocupado este cargo e é desta maneira que a língua se constrói, através do seu uso e das necessidades de seus falantes.

Então, a partir das experiências vividas em sala de aula e, também, no meu ambiente de trabalho, comecei a me questionar de que forma eu poderia colocar o uso da linguagem inclusiva e daquilo que eu acredito em prática. Não só por ser uma questão ideológica minha enquanto mulher e enquanto feminista, mas porque sempre senti a necessidade de me enxergar em discursos, falas e textos que parecem estar sempre voltados para os homens. Encontrei no meu trabalho como tradutora a saída para transformar, pelo menos os textos traduzidos por mim, em inclusivos.

---

<sup>2</sup> Tradução feita pela colega Paula Maria Salem Carpio.

Mesmo sem entender o porquê, essas diferenciações entre os sexos e do predomínio do masculino sobre o feminino sempre me incomodaram durante a adolescência e até hoje, na vida adulta. Eu nunca entendi porque as mulheres não costumam ocupar cargos representativos e de grande importância, por que nós ganhamos menos que os homens, por que nossos atos e comportamentos são frequentemente julgados e apontados pela sociedade, enquanto os homens não sofrem tantas cobranças e nem são apontados ao cometerem os mesmos erros que nós. Nunca entendi porque eu era obrigada a me sentir incluída em um “bom dia a **todos**” e nunca me senti. Não me sinto até hoje. Pelo simples fato de que eu não sou “todos”, não sou “funcionários”, não sou “eles”. Não me vejo, não me enxergo quando escuto esse discurso direcionado. Eu sou “todas”, sou “funcionárias”, sou “elas”. É quando escuto as palavras no feminino que me sinto representada.

Por isso, há quatro anos, quando me deparei pela primeira vez com o que era a linguagem inclusiva, isso fez tanto sentido para mim e me deu tanta vontade de colocar em prática, através do meu trabalho. A linguagem não é apenas uma forma de comunicação, ela é uma expressão cultural da sociedade. Ao nos comunicarmos, vamos automaticamente construindo imagens em nossas mentes. Assim, é importante perceber que essa expressão cultural deixa transparecer os inúmeros preconceitos arraigados na sociedade. Por exemplo, quando falamos “os advogados acabaram de sair do tribunal”, instantaneamente imaginamos homens de terno e gravata saindo de um tribunal. Por outro lado, se falarmos “os advogados e as advogadas...”, é possível pensar em homens e mulheres que são advogados e advogadas saindo de um tribunal. Percebem como fica mais plural e inclusivo?

Em resumo, quando as mulheres são incluídas na linguagem, é possível incluí-las também nas imagens que fazemos de determinados acontecimentos. Assim, a história que se forma em nossas cabeças, a situação criada com nossa imaginação, abre espaço para que as mulheres, de alguma forma, passem a existir e atuar. Na maioria das vezes, a linguagem que utiliza o masculino como neutro, passa despercebida, mas isso não quer dizer que ela deixe de ser reproduzida e reafirme as desigualdades sociais e quero desconstruir essa desigualdade através da tradução, que é o meu trabalho.

Quando escutei a Chefa de Gabinete falando na festa do meu serviço “bom dia a **todas**” ou “queria agradecer às **funcionárias** presentes...” o que me fez sentir bem, na verdade, foi o fato de ter me enxergado na fala dela como se eu estivesse ocupando o

meu lugar no mundo. Eu me senti reconhecida como sujeito, como mulher, como profissional. Me senti valorizada. É neste sentido que acredito que se manifesta a tão falada representatividade ou o tão falado empoderamento feminino, isso, nada mais é, do que dar nome aos bois – ou, neste caso, às vacas.

Levando em consideração todos os argumentos até aqui apresentados, optei por escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre linguagem inclusiva e tradução, tendo como base a utilização da linguagem inclusiva em documentos oficiais. O trabalho começa com um capítulo de referencial teórico que apresenta o que é a linguagem inclusiva. Nos dois capítulos seguintes, abordo de que forma a utilização desta linguagem se manifesta no Rio Grande do Sul – por intermédio de um Decreto, uma Lei e um Manual com orientações para o uso – e em Buenos Aires – mostrando Projetos de Lei que já fazem uso da linguagem. No terceiro e último capítulo apresento algumas propostas de tradução do português para o espanhol, usando a linguagem inclusiva, e faço uma análise do processo.

## 2. A LINGUAGEM INCLUSIVA

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata do tema da linguagem inclusiva aplicada na tradução de textos do português para o espanhol. Portanto, se inclui no âmbito dos Estudos de Tradução. Neste estudo, entende-se por linguagem não sexista, segundo Vázquez (2008, p. 296), como “aquela que não estereotipa nem exclui as mulheres, mas as torna visíveis no discurso e na vida real”<sup>3</sup>.

Nos últimos anos se procurou incorporar essa proposta também ao processo tradutório, ou seja, tem sido defendida a utilização da linguagem não sexista na tradução “pela necessidade de articular novas vias de expressão para dismantelar a carga patriarcal da linguagem e da sociedade”<sup>4</sup>. (VÁZQUEZ, 2008, p. 288).

Mesmo que este seja um tema relevante e atual, ainda temos poucos estudos a respeito da linguagem inclusiva na tradução, principalmente no Brasil. A importância de abordar esse tema nasce da necessidade de se discutir como a linguagem sexista advém de uma sociedade patriarcal. Entende-se a sociedade patriarcal como um tipo de organização social na qual a autoridade é exercida pelo homem como chefe de família e dono do patrimônio do qual fazem parte os filhos, a esposa e os bens. Além disso, segundo Gerda Lerner (1986), é a manifestação e institucionalização da opressão e do domínio masculino sobre as mulheres. Por isso, é preciso defender a adoção do uso da linguagem inclusiva para explicitar a inclusão das mulheres também no discurso e, assim, contrapor essa visão patriarcal.

De acordo com Vázquez (2008), atualmente assistimos a um processo no qual cada vez mais o feminismo exige seu espaço nos Estudos de Tradução, da mesma forma que a tradução luta por sua própria parcela nos Estudos de Gênero. A tradução – através da publicação das obras – fez com que fosse possível difundir a pluralidade das ideologias feministas existentes, favorecendo o enriquecimento do discurso feminista, pois abrigava experiências de mulheres muito diferentes e possibilitou constatar que o gênero não é um princípio unificador para todas as mulheres, mas que a opressão de gênero – que é universal – adquire diferentes graus e modos de acordo com a cultura e sociedade a qual cada mulher pertence.

---

<sup>3</sup> No original: “aquél que no estereotipa ni excluye a las mujeres, sino que las hace visibles en el discurso y en la vida real”.

<sup>4</sup> No original: “por la necesidad de articular nuevas vías de expresión para dismantelar la carga patriarcal del lenguaje y de la sociedad”

A contribuição do feminismo foi fundamental para problematizar noções controversas como a de equivalência, para questionar os papéis de gênero e escrita, para desconfiar das hierarquias tradicionais e para suspeitar dos padrões universais que definem o que é a fidelidade na hora de traduzir. Também graças às contribuições do feminismo novas noções foram consolidadas como, por exemplo, a de Eco (2007, p. 18) que diz que “toda tradução apresenta margens de infidelidade em relação a um núcleo de suposta fidelidade, mas que a decisão acerca da posição do núcleo e a amplitude da margem depende dos objetivos que o tradutor se coloca”, apresentando a tradução como uma reescrita a partir do ponto de vista do tradutor. Esta noção defende o desejo de recriação e não a mera reprodução do Texto de Partida e, neste sentido, cria uma identidade própria do Texto de Chegada em relação ao Texto Fonte, ao mesmo tempo em que defende a visibilidade da e do profissional de tradução, em contraposição as abordagens mais tradicionais que defendiam uma percepção do trabalho majoritariamente invisível para assim manter a fidelidade ao Texto Fonte.

Dentro deste contexto de Estudos de Tradução e de traduções feministas que defendem o uso de uma linguagem inclusiva, as tradutoras feministas questionaram qual a possibilidade real de se realizar uma tradução fiel e objetiva, uma vez que a neutralidade ideológica na tradução seria uma ficção do patriarcado e que a intervenção nos textos traduzidos é algo que está sempre presente. Do ponto de vista de gênero, o profissional de tradução pode fazer uma intervenção consciente aderindo à ideologia feminista, utilizando termos que representem efetivamente os dois gêneros ou incluindo os dois sexos no discurso quando necessário. No entanto, as pessoas tendem a negar esse tipo de intervenções – de forma inconsciente – porque o patriarcado, justamente por ser dominante, sempre foi visto como a forma normal, natural, indiscutível e incontestável de se referir a um grupo misto de pessoas e, também, por ser considerado superior em relação ao feminino.

Neste sentido, acredito que tanto o Estudo de Gênero quanto o ato de traduzir, poderiam ser utilizados como ferramentas, com a finalidade de buscar combater preconceitos e discriminações intrínsecas que também são apresentadas e representadas na linguagem e nas línguas há muitos anos e de forma muito sutil. Sendo o processo de tradução: um texto codificado em uma língua A, que é reescrito em uma língua B, por intermédio de uma terceira voz – que assume uma responsabilidade ética e ideológica –, podemos considerar também como tradução ou como forma de reescrita, a realização de

transferência de uma linguagem conscientemente sexista e patriarcal a uma linguagem conscientemente não sexista e inclusiva de gênero.

Além disso, o fato de a tradução ser considerada como uma transmissão de pensamentos, sentimentos e experiências interiores para o mundo externo, mediante a utilização de signos verbais, neste sentido, tudo é tradução. Afinal este é um processo que nós mulheres estamos acostumadas – para não dizer obrigadas – a fazer toda vez que nos expressamos, tendo em vista que devemos buscar formas de traduzir nossas experiências de mulher, nossos hábitos cognitivos e nossa subjetividade feminina nas palavras de uma linguagem patriarcal e masculina. Então, todo discurso das mulheres poderia ser considerado como uma tradução de si mesmas: a tradução da realidade das mulheres no discurso da linguagem patriarcal.

Ainda segundo o texto de Vázquez (2008), as teorias de tradução feminista consistem em mudar a representação das mulheres através da tradução, questionando e oferecendo alternativas à linguagem sexista para contribuir, deste modo, ao desenvolvimento de uma sociedade não patriarcal. Este propósito emana da convicção de que uma reforma linguística é também um dos pilares fundamentais de uma reforma social, estando uma coisa diretamente ligada à outra. Afinal, para promover uma sociedade mais igualitária, é necessário que não haja distinção entre os papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade e que eles sejam igualmente reconhecidos e representados nos mais diversos âmbitos, dentre eles, o da linguagem que é uma reprodução e expressão da realidade e de sua influência nos comportamentos sociais<sup>5</sup>.

Deste modo, as tradutoras feministas demonstraram a necessidade de superar atitudes tradicionais em tradução que não levavam em conta o gênero linguístico como um elemento significativo no momento de traduzir – porque era considerado como uma categoria gramatical, sem sentido específico, que pertencia apenas às obrigações

---

<sup>5</sup> “Neste sentido, a crítica pós-estruturalista questionou a relação presumivelmente não mediada entre língua e realidade (defendida pela teoria tradicional de Saussure), estabelecendo as bases para que as mais recentes teorias sociolinguísticas, defensoras de uma versão moderada da hipótese de Sapir-Whorf, concluíssem que a língua não só é um reflexo da realidade/sociedade, mas também contribui para formar e construir essa realidade/sociedade. Nossas mentes só conseguem imaginar a realidade através da língua, e apesar de não existir uma correspondência direta e inequívoca entre a realidade e os signos empregados para denominá-la, a correspondência, sim, se produz entre os signos utilizados para falar da realidade e as imagens que se criam em nossa mente como resposta a tais denominações.” (VÁZQUEZ, 2008, p. 289 – tradução minha).

estruturais da linguagem –, e de reconhecer que a tradução de gênero possui uma importante repercussão na visibilidade dos sexos.

### **3. A LINGUAGEM INCLUSIVA EM DOCUMENTOS OFICIAIS**

Para demonstrar como o tema linguagem inclusiva pode ser abordado de forma prática, comentamos a seguir algumas iniciativas governamentais que dispensaram atenção ao assunto.

#### **3.1. A linguagem inclusiva no Estado do Rio Grande do Sul**

Desde o ano de 2011, com o início do Governo Tarso Genro, no Rio Grande do Sul, o Governo do Estado veio tomando medidas buscando o enfrentamento da violência contra as meninas e mulheres gaúchas. Uma delas foi a adesão ao Pacto Nacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres que, logo em seguida, proporcionou a criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres – SPM/RS. Com estrutura e recurso próprio, a Secretaria promovia iniciativas visando a inclusão e a representatividade das mulheres na sociedade, dentre essas iniciativas estavam a proposição da Lei nº 14.484, de autoria da Deputada Stela Farias, e a elaboração de um Manual de linguagem inclusiva para o uso não sexista da linguagem.

De acordo com o Manual para o uso não sexista da linguagem (2014), uma das formas mais sutis de manifestação da desigualdade entre homens e mulheres é através da língua, pois ela é um reflexo de valores e de pensamentos da sociedade. A fala, a escrita e o nosso modo de agir não são neutros, costumam estar de acordo com aquilo que acreditamos “todas as palavras têm uma leitura de gênero” (Manual para o uso não sexista da linguagem, 2014, p. 15). Assim, a língua não só reflete, mas também transmite e reforça os estereótipos e papéis considerados adequados para mulheres e homens em uma sociedade, conforme apresentado também por Vázquez (2009):

Partimos de uma linguagem regulada e normatizada, baseada em valores sociais e culturais dominantes, ou seja, patriarcais e androcêntricos. Com o desaparecimento do gênero neutro do latim, os grupos de poder (masculinos, porque as mulheres estavam confinadas em casa) decidiram normalizar o gênero masculino e proclamá-lo como não marcado, como válido para

nomeá-los somente a eles ou a toda a humanidade. (VÁZQUEZ, 2009, p. 4 – tradução minha).<sup>6</sup>

Existe um uso sexista da língua na expressão oral e escrita (nas conversações informais e nos documentos oficiais) que transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os sexos em cada sociedade e que é utilizado em todos os seus âmbitos. Dentro deles foi destacado o administrativo, uma vez que não é comum contemplar e incluir na redação de documentos oficiais os dois gêneros, usando somente o masculino como linguagem universal e neutra. Isso torna as mulheres invisíveis também na língua e, em certa medida, impede as mudanças sociais e culturais em toda a sociedade.

Na apresentação feita pelo Ex-Governador do Estado, Tarso Genro, no Manual para o uso não sexista da linguagem, ele menciona que “é tarefa também dos governos que defendem a democracia combater todos os tipos de desigualdades sociais e econômicas, em todos os âmbitos” (2014, p. 9). É neste contexto que surge a reivindicação pelo fim do tratamento discriminatório às mulheres, cuja presença vem aumentando em todos os campos e cenários, inclusive na língua, por isso, fica mais evidente a necessidade de enfrentar, ao mesmo tempo, outros obstáculos importantes como: os comportamentos, as atitudes, a linguagem e as expressões discriminatórias que, infelizmente, ainda são aceitas com naturalidade por parte expressiva da sociedade. Eles estão nas raízes do imaginário popular e, portanto, presentes também nas administrações públicas.

### **3.1.1. Lei nº 14.484, de 30 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual**

O Governador Tarso Genro, em dezembro de 2012 – no final do segundo ano de seu mandato – publica o Decreto nº 49.994 que, conforme seu caput, “estabelece a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual” (2012, p. 1), visando, logo no início de seu

---

<sup>6</sup> No original: “Partimos de un lenguaje regulado y normativizado en base a los valores sociales y culturales dominantes, es decir, patriarcales y androcéntricos. Con la desaparición del género neutro del latín, los grupos de poder (masculinos, porque las mujeres estaban recluidas en casa) decidieron normalizar el género masculino y proclamarlo el no marcado, el válido para nombrarlos sólo a ellos o a toda la humanidad.”

governo, promover a inclusão das mulheres gaúchas através da linguagem. O Decreto se baseia nos seguintes princípios:

“considerando o princípio da igualdade de gênero estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil;

considerando que o Poder Executivo Estadual deve dar igual tratamento aos seus servidores, sejam eles homens ou mulheres, e ser imprópria a menção de denominações masculinas para cargos ocupados por mulheres;

considerando a necessidade de abolir eventuais práticas depreciativas da condição feminina e de propiciar a linguagem inclusiva como política de igualdade de tratamento; e

considerando a necessidade de se estabelecer iniciativas que promovam a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres no Poder Executivo Estadual” (Decreto nº 49.994, 2012, p. 1)

De acordo com o Manual da Presidência da República (2002, p. 101), os Decretos são “atos administrativos da competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expresso ou implícito, na lei”, cabendo sempre ao atual Governador do Estado a decisão de cumprir ou não aquilo que está ali previsto e estabelecido; e, inclusive, ficando a cargo deste fazer as modificações e alterações que julgar necessárias.

Enquanto que a Lei é um ato administrativo de competência do Poder Legislativo e sua alteração consiste de um processo mais rigoroso, podendo ser possível apenas mediante aprovação da maioria absoluta dos Deputados, conforme a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul (2017, p. 21). Neste sentido, a fim de garantir o cumprimento e implementação efetiva do uso da linguagem inclusiva, em janeiro de 2014, foi publicada a Lei que dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual, sendo que Lei e Decreto apresentam um texto bastante semelhante.

“Essa classificação e sistematização expressam não só uma característica da cientificidade do Direito, mas correspondem também às exigências mínimas de segurança jurídica, na medida em que **impedem uma ruptura arbitrária com a sistemática consagrada na aplicação do direito.**” (Manual da Presidência da República. 2002, p. 79). (grifos meus)

A Lei nº 14.484 prevê a utilização da Linguagem Inclusiva na redação de atos normativos de editais e de documentos oficiais, bem como, a inclusão dos gêneros

feminino e masculino, com as respectivas concordâncias, na designação, geral ou particular, dos cargos, dos empregos e das funções públicas e dos postos, patentes e graduações.

O inciso V da Lei também prevê a não utilização do termo “homem”, para fins de referência a pessoas de ambos os sexos, substituindo pela forma inclusiva “homem e mulher”. O artigo 4º, que finaliza a Lei, traz o seguinte texto “Os órgãos da Administração Pública Estadual deverão utilizar a linguagem inclusiva de gênero na elaboração das normas que regulamentam as carreiras profissionais e na elaboração de tabelas e de quadros de pessoal e suas respectivas descrições de atribuições” (Lei nº 14.484,2014, p. 2). Levando isso em consideração, em 2015 – primeiro ano de Governo José Ivo Sartori – o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/RS, fez uma provocação à atual gestão questionando o Governo do Estado sobre o uso da linguagem inclusiva em seus documentos oficiais, tendo em vista que nem mesmo o *slogan* do Governo Sartori, respeita a linguagem inclusiva – “Todos pelo Rio Grande”.

O Governo do Estado respondeu que na Lei não se encontra qualquer previsão sobre a linguagem a ser utilizada em *slogans* do Governo Estadual, percebendo-se pela simples leitura da legislação estadual vigente que a linguagem inclusiva referida é para utilização em editais e documentos oficiais no âmbito da Administração Pública Estadual, delimitando, ainda, aos nomes dos cargos, empregos, funções e outras designações que recebam encargos públicos, para que, nestes casos, se faça a devida flexão do respectivo gênero de acordo com o sexo ou identificação de gênero do ou da ocupante.

O Governo seguiu afirmando que, não obstante, a presente Lei, ainda, determina a utilização da linguagem inclusiva de gênero na elaboração das normas que regulamentam as carreiras profissionais e na elaboração de tabelas e de quadros de pessoal e suas respectivas descrições de atribuições. Portanto, não faz qualquer menção sobre a linguagem que deverá ser utilizada nos *slogans* da Administração Pública Estadual. Sendo assim, não há qualquer ilegalidade na utilização do slogan “Todos pelo Rio Grande”.

Para finalizar, a fim de se desculpar – mesmo alegando anteriormente que o *slogan* não possuía nenhuma ilegalidade – o Governo disse que o *slogan* em análise não foi criado com o fim de causar qualquer sentimento de exclusão da participação das

mulheres na construção do nosso Estado. Enfatizando ser notório que o termo utilizado no masculino não era para excluir as mulheres e sim, estava conforme utilização regular da língua portuguesa, para incluir todos os gêneros.

No entanto, com a finalidade de sanar qualquer resquício de sentimento de exclusão das mulheres, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (na época), disse ter encaminhado a solicitação por Ofício à Secretaria da Comunicação, solicitando uma análise da possibilidade de alteração do *slogan* para que o pronome indefinido no plural fique com os dois artigos definidos da língua portuguesa (“o” e “a”), sugerindo que uma letra ficasse dentro da outra, como forma de designer gráfico<sup>7</sup>.

Nesse sentido, embora não seja uma ilegalidade o *slogan* redigido em linguagem não inclusiva, a sua utilização tem um papel simbólico importante. A principal finalidade da linguagem não sexista é a de promover a inclusão da mulher e a igualdade de gênero por meio da linguagem, contribuindo para uma cultura igualitária. O uso e reconhecimento de uma linguagem inclusiva também é um compromisso do governo com a finalidade de promover a discussão sobre a equidade de gênero na sociedade. É importante que a administração pública, em todos os âmbitos – municipal, estadual e federal – invista em políticas públicas de igualdade de gênero, promovendo o combate e o enfrentamento a violência contra as mulheres nas mais diversas formas de preconceito.

### **3.1.2. Manual para o uso não sexista da linguagem – o que bem se diz bem se entende, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul**

O Manual para o uso não sexista da linguagem (2014) foi proposto com a finalidade de funcionar como uma ferramenta que apresentasse alternativas linguísticas para promover a igualdade entre homens e mulheres, no Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo principal é, através de exemplos, determinar e orientar a revisão da linguagem internalizada na administração do Estado, oferecendo condições para a compreensão das discriminações de gênero e, a partir disso, começar a construir concretamente a transição para um outro modelo de tratamento linguístico, com maior visibilidade das

---

<sup>7</sup> Informações retiradas de Ofícios trocados entre o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e o Departamento de Políticas para as Mulheres do Estado, da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, local onde trabalho.

mulheres, no qual o uso do masculino não continue a legitimar a ideia já superada de superioridade entre os sexos.

A utilização dessa ferramenta busca potencializar e afirmar que existe o gênero feminino e existe o gênero masculino e que, enquanto tais, devem ser nominados e visibilizados na linguagem falada e escrita. A proposta do material é que seja utilizado nos espaços de desenvolvimento cultural, social e educacional do Estado, propiciando tratamento equitativo entre mulheres e homens a partir da utilização de um linguajar sem generalizações. Pretendendo contribuir para eliminar dos documentos, ofícios, relatórios, circulares, convocatórias, cartazes, materiais didáticos, etc. (elaborados nas instituições públicas) o uso de uma linguagem sexista-discriminatória e utilizar uma alternativa de uso que contribua para a equidade de gênero.

De acordo com o Manual para o uso não sexista da linguagem (2014, p. 13), “a linguagem é o principal meio de reprodução dos nossos discursos, seja de forma oral, verbal, escrita ou gestual e, por isso, o que escrevemos ou reproduzimos, deve estar o mais próximo da neutralidade, evitando a aplicação sexista da linguagem”. Não que originalmente a língua se caracterize como uma ferramenta de comunicação sexista, mas a forma como a utilizamos faz com que haja discriminação entre mulheres e homens e reforça estereótipos impostos culturalmente.

A linguagem sexista, utilizada de forma irrestrita, impõe que o masculino (homem) é empregado como norma, ficando o feminino (mulheres) incluído como referência ao discurso masculinizado. Por isso “reverter este cenário, irá contribuir para que expressões como ‘os secretários de estado reuniram-se para tratar das ações do governo’, ‘os participantes da reunião’, ou ainda ‘os beneficiários do programa’ sejam utilizadas também em sua versão feminina. ” (Manual para o uso não sexista da linguagem, 2014, p. 13).

Uma das muitas formas de ampliar a visibilidade das mulheres em todas as esferas sociais seria com a utilização do feminino e do masculino para tratar de grupos mistos, publicizando a participação feminina que sempre existiu na construção histórica, mas que, nem sempre, foi destacada. Com a proposição de discursos e documentos oficiais do Governo que incluam expressões no feminino, seria possível garantir uma maior visibilidade das mulheres.

Neste sentido, podemos voltar novamente ao texto de Vázquez (2009), que apresenta a seguinte reflexão:

O androcentrismo é ainda mais claro no uso da palavra ‘homem’ para fazer referência à humanidade em seu conjunto (como ‘o homem pré-histórico’, que acaba explicando frases do tipo ‘solicite uma cópia autenticada para sua esposa e filhos’, ‘desconto para família: marido e cônjuge’ ou ‘os membros do Parlamento e suas esposas’. De acordo com a gramática tradicional, defende-se que tanto ‘homem’ como o masculino genérico são epicenos: “o gênero masculino não é suprimível; faz parte do código básico do idioma (...) e responde simplesmente ao princípio de economia” (Miguel García-Posada em El País, 04/07/2008). Contudo, nem o masculino genérico nem a palavra “homem” funcionam como epicenos por duas razões. Em primeiro lugar, porque de acordo com numerosos estudos da psicolinguística, em nível cognitivo a representação mental que cria o masculino é eminentemente masculina, invisibilizando a parte dos sujeitos que dizem representar, o que faz com que as mulheres fiquem excluídas da representação do mundo. Mas, sobretudo, em segundo lugar, porque por definição os epicenos incluem sempre pessoas de ambos os sexos, sem ambiguidade, enquanto o masculino genérico ou a palavra “homem” são muito ambíguas, e algumas vezes incluem somente aos homens e outras vezes deve-se entender que, supostamente, incluem mulheres e homens. Ao perguntar ‘quantas vítimas sofrem ataques racistas?’ não restam dúvidas de que o cálculo deve incluir homens e mulheres (então, vítimas, sim, é um epiceno). (VÁZQUEZ, 2009, p. 4 – tradução minha).<sup>89</sup>

A fim de evitar esse tipo de construções que utilizam a palavra “homem” para referir-se a “humanidade” o Manual para o uso não sexista da linguagem (2014, p. 58) apresenta as seguintes sugestões:

---

<sup>8</sup> No original: “El androcentrismo resulta aún más claro en el uso de la voz ‘hombre’ para hacer referencia a la humanidad en su conjunto (como ‘el hombre prehistórico’), que acaba explicando frases del tipo ‘solicite un duplicado para su esposa e hijos’, ‘abono familiar para marido y cónyuge’ o ‘los miembros del Parlamento y sus esposas’. Desde la gramática tradicional se sostiene que tanto ‘hombre’ como el masculino genérico son epicenos: “el género masculino no es suprimible; forma parte del código básico del idioma (...) y responde simplemente al principio de economía” (Miguel García-Posada en El País, 4/7/2008). No obstante, ni el masculino genérico ni la voz ‘hombre’ funcionan como epicenos por dos razones. En primer lugar, porque de acuerdo con numerosos estudios de la psicolinguística, a nivel cognitivo la representación mental que crea el masculino es eminentemente masculina, invisibilizando a parte de los sujetos a quien dice representar, lo que hace que las mujeres queden excluidas de la representación del mundo. Pero sobre todo, en segundo lugar, porque por definición los epicenos incluyen siempre a personas de ambos sexos, sin ambigüedad, mientras que el masculino genérico o la palabra ‘hombre’ son muy ambiguos, y unas veces incluyen sólo a los hombres y otras veces se debe entender que, supuestamente, incluyen a mujeres y hombres. Al preguntar ‘¿cuántas víctimas sufren ataques racistas?’ no cabe duda de que el cómputo debe incluir a hombres y mujeres (entonces, víctima sí es un epiceno).”

<sup>9</sup> “Epiceno” é a nomenclatura utilizada em língua espanhola, no português seria “substantivo sobrecomum”.

<b>Não representa a toda a humanidade</b>	<b>Representa a humanidade</b>
Há 2.000 anos o homem vivia da caça	Há 2.000 anos se vivia da caça
Na época pré-histórica os homens escreviam mediante hieróglifos	Na época pré-histórica se escrevia mediante hieróglifos
O trabalho do homem melhora sua vida	O trabalho da humanidade melhora a vida
É benéfico para o homem	É benéfico para a sociedade/ É benéfico para as pessoas
Atuação do homem na clonagem de animais pré-históricos	Atuação de especialistas na clonagem de animais pré-históricos
Houve mutação das espécies pela ação predatória do homem	Houve mutação das espécies pela ação predatória das pessoas, do gênero humano
É Responsabilidade do homem a manutenção da biodiversidade	É Responsabilidade da humanidade a manutenção da biodiversidade
Já era homem quando perdeu o pai	Já era adulto quando perdeu o pai
É apenas um homem, não pode fazer milagres	É apenas um ser humano, não pode fazer milagres

**Figura 1** – Alternativas de recursos linguísticos para evitar que se utilize “homens” para referir-se a toda a humanidade

Todas as considerações acima mencionadas:

colocam em questão a necessidade de elaborar um recurso didático que facilitasse o uso correto da língua e foram elas que levaram à formulação do presente manual cujo objetivo geral é precisamente proporcionar às e aos servidores públicos uma ferramenta clara e simples que lhes sirva para a implantação e o uso de uma linguagem inclusiva nas práticas escritas e orais de onde trabalham, direta ou indiretamente, especialmente àquelas que desenvolvem programas de atendimento à população.(Manual para o uso não sexista da linguagem, 2014, p. 16).

Sendo assim, seria possível promover, dentro das instituições públicas, o uso de uma linguagem inclusiva onde seja visível a presença, a situação e papel das mulheres na sociedade em geral e no discurso da administração pública em particular, tal e como ocorre com os homens.

Ao longo do manual são propostas alternativas concretas e viáveis de mudança que podem ser realizadas na língua na hora de falar e escrever para evitar uma linguagem sexista. Os conteúdos abordados abrangem desde as principais manifestações do sexismo e androcentrismo na língua, manifestações desenvolvidas com o uso do masculino como presumível genérico, os saltos semânticos, os vazios léxicos até o uso diferenciado nos tratamentos, nos usos de cortesia ou na invisibilidade das mulheres em

ofícios e profissões. Também se aborda de maneira específica a linguagem administrativa e são analisados diferentes tipos de documentos utilizados na administração pública para oferecer sugestões de melhoria, de forma que se faça um uso adequado da língua, um uso que não reproduza injustiças de gênero.

### 3.2. A Linguagem Inclusiva em Buenos Aires

A fim de estabelecer uma relação entre como a linguagem inclusiva se manifesta no Brasil e nos demais países de fala hispânica e construir um paralelo com a utilização de uma linguagem mais inclusiva no processo tradutório, foi realizado um levantamento a respeito da existência deste tipo de material – semelhante ao Manual para o uso não sexista da linguagem, elaborado no Rio Grande do Sul. Foi constatado que países como México, Espanha e Argentina também possuem leis e manuais que preveem a inclusão das mulheres com a utilização da linguagem inclusiva em textos e falas dos atos normativos dos Governos.

Para este trabalho estão sendo utilizados como objeto de estudo e análise Projetos de Lei elaborados pelo Poder Legislativo de Buenos Aires, na Argentina, nos quais, em alguma medida, a linguagem inclusiva já é empregada. No Capítulo III, do Projeto de Lei que trata sobre a criação do Observatório de meios de comunicação para a Igualdade e Contra as Violências (2017)<sup>10</sup>, que dispõe sobre as atribuições do Observatório, a letra *b* traz o seguinte texto “elaborar pesquisas e estudos comparativos sobre o tratamento que os meios de comunicação fazem de **mulheres e homens, meninos e meninas e adolescentes**<sup>11</sup>” (2017, p. 2). Neste trecho do texto podemos identificar a utilização da linguagem inclusiva quando os sexos feminino e masculino são citados de forma explícita como “mulheres e homens” e “meninas e meninos”, enquanto a palavra “adolescentes” é mantida sem nenhuma alteração por se tratar de uma palavra que representem efetivamente os dois gêneros, contemplando ambos os sexos.

Para destacar a semelhança entre a legislação argentina e brasileira, voltamos ao Manual para o uso não sexista da linguagem (2014, p. 56) que também sugere o uso de substantivo sobrecomum que, ao longo do Manual, são chamadas de “genéricos”:

---

<sup>10</sup> No original: Creación del Observatorio de Medios para la Igualdad y Contra las Violencias.

<sup>11</sup> No original: “elaborar investigaciones y estudios comparativos sobre el tratamiento que los medios hacen de **mujeres y varones, niñas, niños y adolescentes** (...)”.

## Genéricos reais são:

Em lugar de:	Utilizar:
Os meninos	As crianças / A infância
Os homens	A população / O povo
Os cidadãos	A cidadania
Os filhos	A descendência / A prole
Os trabalhadores	O pessoal
Os professores	O professorado / O corpo docente
Os eleitores	O eleitorado
Os jovens	A juventude
Os homens	A humanidade

**Figura 2** – Os genéricos

Na letra *e*, do mesmo Capítulo do Projeto de Lei argentino, temos o seguinte texto “fazer o levantamento das críticas, denúncias e/ou comentários **dos e das usuários/as, consumidores/as** e das audiências dos meios de comunicação<sup>12</sup>” (2017, p. 2), mais uma vez o uso da linguagem inclusiva aparece em dois momentos. Primeiro, na marcação explícita dos artigos masculino (dos) e feminino (das) e depois na utilização de barras (/) para marcar que existem as formas femininas das palavras “usuários” e “consumidores”, não optando por usar apenas a forma masculina como “neutra”.

De forma ampla, outros Projetos de Lei da cidade de Buenos Aires que foram aqui analisados apresentam o uso da linguagem inclusiva na redação destes documentos oficiais. Marcando com barras (/) os dois gêneros nos casos em que aparecem os artigos definidos – “**o/a, os/as**”<sup>13</sup>; buscando utilizar um substantivo sobrecomum – “**titular ou responsável**”<sup>14</sup>; e, também, marcando com barras (/) o gênero nos substantivos que apresentam formas masculina e feminina – “organizador/**a**, dono/**a**, proprietários/**as**, competidor/**a**, todos/**as**”<sup>15</sup>. (Palavras extraídas dos Projetos de Lei sobre a Prevenção da

<sup>12</sup> No original: “recoger críticas, denuncias y/o comentarios de **los y las** usuarios/as, consumidores/as y de las audiencias de medios.”

<sup>13</sup> No original: “el/la, los/las”

<sup>14</sup> No original: “titular o responsable”

<sup>15</sup> No original: “organizador/a, dueño/a, propietarios/as, competidor/a, todos/as”

discriminação em lugares de acesso público<sup>16</sup> e da Prevenção e sanção de expressões discriminatórias em espetáculos esportivos<sup>17</sup>, ambos de 2017).

Voltando ao texto de Vázquez (2009), a autora apresenta um dos argumentos que vão contra a utilização da linguagem inclusiva:

O machismo linguístico reduz a linguagem não sexista a aquilo que enche o texto de arrobas, barras, travessões, parênteses, palavras inexistentes ou pares, tornando difícil a leitura do texto e criando uma linguagem antinatural capaz de “violentar a gramática e ir contra o senso comum” (Miguel García-Posada em EPS, 20/03/1995), ainda que caberia se perguntar quem determina o que se entende por senso comum na sociedade...(VÁZQUEZ,2009, p. 2 – tradução minha).<sup>18</sup>

No entanto, a autora rebate o argumento, sugerindo inclusive que ao escrever se evite o uso de barras, arrobas, parênteses e outros recursos, optando por escrever explicitamente os dois gêneros ou buscar utilizar palavras que representem efetivamente os dois gêneros, como é proposto também pelo Manual para o uso não sexista da linguagem, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul: “muitos manuais para uma linguagem não discriminatória recomendam prescindir de opções com barras ou arrobas e em seu lugar se usem sempre genéricos<sup>19</sup>” (VÁZQUEZ, 2009, p. 2 – tradução minha) e é esse tipo de escrita que quero propor durante o processo tradutório.

#### **4. A TEORIA NA PRÁTICA: PROPOSTA DE TRADUÇÃO UTILIZANDO LINGUAGEM INCLUSIVA**

---

<sup>16</sup> No original: Prevención de la discriminación en lugares de acceso público

<sup>17</sup> No original: Prevención y sanción de expresiones discriminatorias en espectáculos deportivos

<sup>18</sup> No original: “El machismo lingüístico reduce el lenguaje no sexista a aquél que llena el texto de arrobas, barras, guiones, paréntesis, palabras inexistentes o dobles, entorpeciendo el texto y creando un lenguaje antinatural capaz de “violentar la gramática e ir contra el sentido común” (Miguel García-Posada en EPS, 20/3/1995), aunque cabría preguntarse quién fija lo que se entiende por sentido común en una sociedad...”

<sup>19</sup> No original: “muchas guías para un lenguaje no discriminatorio recomiendan que se prescinda de opciones con barras o arrobas y en su lugar se usen siempre genéricos.”

Tendo em vista todos os argumentos que foram acima apresentados, o presente capítulo se dedica a, através do processo tradutório, mostrar alternativas para a realização de traduções que utilizem a linguagem inclusiva. Uma vez que Buenos Aires foi uma das cidades aqui apresentadas e já faz este movimento de utilização da linguagem não sexista, as escolhas tradutórias se justificam por optar pela variante argentina do espanhol na minha tradução.

Foram traduzidos<sup>20</sup> para o espanhol alguns dos documentos oficiais apresentados no próprio Manual para o uso não sexista da linguagem (2014, p. 82 e 83) e as traduções serviram como objeto de análise, levando em consideração as propostas para a utilização da linguagem inclusiva. Abaixo uma proposta de tradução para uma Lei:

Texto de Partida (português)		Texto de Chegada (espanhol)					
LEI Nº XXX DE XX/XX/20XX.		LEY Nº XXX DE XX/XX/20XX.					
Dispõe sobre a contratação, em carácter emergencial, de <b>servidores</b> para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público na Superintendência dos Serviços XXX.		Dispone sobre la contratación, en carácter de emergencia, de <b>servidores y servidoras</b> para el atendimento de necesidades temporarias de excepcional interés público en la Superintendencia de los Servicios XXX.					
(...)		(...)					
Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em carácter emergencial e por tempo determinado, nos termos do inciso IV do art. 19 da Constituição do Estado, profissionais para exercerem funções na área técnica do tratamento penal na Superintendência dos Serviços XXX–, sendo quinze <b>médicos</b> , nas seguintes especializações:		Art. 1.º El Poder Ejecutivo está autorizado a contratar, en carácter de emergencia y por tiempo determinado, en los términos del inciso IV del art. 19 de la Constitución del Estado, profesionales que ejerzan funciones en la área técnica del tratamiento penal en la Superintendencia de los Servicios XXX–, siendo quince <b>profesionales de medicina</b> , en la siguientes especializaciones:					
<table border="1"> <tr> <td>Especialidade</td> <td>Quantidade</td> </tr> </table>	Especialidade	Quantidade		<table border="1"> <tr> <td>Especialidad</td> <td>Cantidad</td> </tr> </table>	Especialidad	Cantidad	
Especialidade	Quantidade						
Especialidad	Cantidad						

<sup>20</sup> Entendo que o ato de traduzir seja o de transpor um texto de uma língua estrangeira ao português e o que está aqui sendo feito é exatamente o contrário. O texto está em português e é passado para a língua estrangeira (espanhol), o que é considerado como o ato do verter. No entanto, mesmo assim opto por escrever “tradução” ao invés de “versão”, uma vez que o ato de traduzir nada mais é do que um trabalho consciente de transposição de um idioma para outro.

<b>Clínico-Geral</b>	07
<b>Ginecologista</b>	02
<b>Traumatologista</b>	01
<b>Infectologista</b>	02
<b>Pneumologista</b>	02
<b>Dermatologista</b>	01
Total	15

(...)

§ 2.º As contratações de que trata esta Lei terão vigência de um ano, prorrogáveis por igual período, a contar da data de admissão **do contratado**, extinguindo-se à medida que forem sendo efetuadas as nomeações de **servidores** para as mesmas especialidades, decorrentes de aprovação em concurso público específico para provimento dos cargos correspondentes.

(...)

Art. 4.º A seleção e a classificação **dos candidatos** serão realizadas conforme critérios previstos no edital, por uma comissão constituída por ato **do Secretário** de Estado XXX, composta **pelos seguintes representantes**

I – **um** da Secretaria da Segurança Pública;

II – **dois** da área de Recursos Humanos da XXX; e

III – quatro do Departamento de Tratamento XXX.

Art. 5.º No prazo de trinta dias, contados após a contratação, o Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado os seguintes dados:

<b>Clínica-General</b>	07
<b>Ginecología</b>	02
<b>Traumatología</b>	01
<b>Infectología</b>	02
<b>Neumología</b>	02
<b>Dermatología</b>	01
Total	15

(...)

§ 2.º Las contrataciones de que trata esta Ley tendrán un año de vigencia, prorrogables por igual tiempo, a contar de la fecha de admisión **de la persona contractada**, extinguiéndose a medida que sean hechos los nombramientos de **los servidores y servidoras** para las especialidades, decurrentes de la aprobación en concurso público específico para ocupación de los cargos correspondientes.

(...)

Art. 4.º La selección y la clasificación de **las candidaturas** van a ser realizadas según criterios previstos en el llamado público, por una comisión constituida por acto **de la Secretaría de Estado XXX**, compuesta **por la siguiente representación**

I – **una** de la Secretaria de Seguridad Pública;

II – **dos** del área de Recursos Humanos de la XXX; y

III – cuatro del Departamento de Tratamiento XXX.

Art. 5.º En el plazo de treinta días, contados después de la contratación, el Poder Ejecutivo publicará en el Periódico Oficial del Estado los siguientes datos:

<p>I – nome <b>do servidor</b>;</p> <p>II – função para a qual foi <b>contratado</b>;</p> <p>III – órgão e setor de lotação; e</p> <p>IV – local onde exerce as atividades.</p> <p>Art. 6.º As contratações de que trata esta Lei serão regidas, no que couber, pelo Regime Jurídico Estatutário, devendo <b>os contratados</b> perceberem remuneração equivalente a da classe inicial do cargo x do Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos do Estado, instituído pela Lei n.º 8.186, de 17 de outubro de 1986, para uma carga horária semanal de quarenta horas.</p> <p>Art. 7.º Havendo desistência de <b>candidato selecionado</b> será <b>contratado</b> em seu lugar o <b>candidato</b> cuja classificação tiver sido imediatamente inferior a <b>do</b> desistente.</p> <p>(...)</p> <p>Registre-se e publique-se.</p>	<p>I – nombre de la persona contratada</p> <p>II – función para la que fue contratada</p> <p>III – órgano y sector de trabajo; y</p> <p>IV – local donde ejercer las actividades.</p> <p>Art. 6.º Las contrataciones de que trata esa Ley van a ser regidas, en lo que compete, por el Régimen Jurídico Estatutario, y <b>las personas contratadas</b> deben recibir remuneración equivalente a la de la clase inicial del cargo del Cuadro técnico de funcionarios del Estado, instituido por la Ley n.º 8.186, de 17 de octubre de 1986, para una carga horaria semanal de cuarenta horas.</p> <p>Art. 7.º En caso de renuncia de <b>alguna candidatura seleccionada</b> será <b>contratada</b> en su lugar <b>la persona siguiente</b> cuya clasificación haya sido inmediatamente inferior a la <b>de quien desistió</b>.</p> <p>(...)</p> <p>Regístrese y publíquese.</p>
---	--

Sobre o uso da linguagem inclusiva, Vázquez (2009) aborda a seguinte questão:

Os empregados e as empregadas galegos e galegas estão insatisfeitos e insatisfeitas por terem sido pressionados e pressionadas e, inclusive obrigados e obrigadas, a declararem-se católicos e católicas’. Este é um exemplo do que em diversas situações nos é apresentado como linguagem não sexista em instancias nas quais pretendem nos convencer do quão absurdo é promover a inclusão linguística de gênero, pois de forma clara “para não ser sexista, a economia linguística é violada, mas isso não importa” (Miguel García-Posada em El País, 23/01/1997). (VÁZQUEZ, 2009, p. 5 – tradução minha) <sup>21</sup>.

<sup>21</sup> No original: “Los empleados y las empleadas gallegos y gallegas están descontentos y descontentas por haber sido instados e instadas, e incluso obligados y obligadas, a declararse católicos y católicas”. Éste es un ejemplo de lo que en innumerables ocasiones se nos presenta como lenguaje no sexista en aquellas instancias donde pretenden convencernos de lo absurdo que resulta promover la inclusión lingüística de género, pues de forma clara “para no ser sexistas, se violenta la economía lingüística, pero eso qué más da” (Miguel García-Posada em El País, 23/1/1997). En realidad, esto es sólo una verdad a medias. Lo es desde por lo menos cuatro puntos de vista.”

Portanto, para evitar esse tipo de construções que realmente deixam os textos longos e repetitivos, a primeira sugestão é buscar utilizar palavras que explicitem os dois gêneros ou que causem neutralidade nas frases, como: profissionais de medicina, candidaturas, pessoa contratada, quem desistiu, etc. Outras palavras que aparecem na tradução poderiam ser consideradas genéricas, como “representante” e “ginecologista”, não fosse a marcação que precisa ser feita pelo artigo, como por exemplo: “o representante”, “o ginecologista”. Por isso, é apresentado como sugestão o uso de “representação” e “ginecologia”.

Ainda assim, há casos em que não é possível encontrar um termo que represente os dois gêneros para substituir uma palavra com marca de gênero (normalmente masculina), neste caso, a melhor opção é usar a palavra nas duas formas, masculina e feminina, como em: “os servidores e servidoras”, sem a necessidade de repetir os artigos, conforme sugerido anteriormente por Vázquez (2009).

Além das opções acima mencionadas, também é possível simplesmente reescrever as frases e textos omitindo as palavras com marca de gênero, tendo em vista que a frase ou parágrafo já deixa claro de quem ou do que se está falando, conforme o trecho “devendo **os contratados** perceberem remuneração equivalente a da classe inicial do cargo”, que com a tradução ficou “**las personas contratadas** deben recibir remuneración equivalente a la de la clase inicial del cargo”.

Foram retirados trechos do documento 8 do Manual para o uso não sexista da linguagem (2014, p. 92 a 100) para tradução, com sugestões para a elaboração de documentos inclusivos. Inicio a análise com um trecho retirado da página 92, as sugestões aparecem listadas abaixo:

#### 4.1. Omissão

Texto de Partida (português)	Texto de Chegada (espanhol)	
Sete escolas da região serão reformadas durante as férias <b>dos alunos.</b>	Siete escuelas de la región van a ser reformadas durante las vacaciones del <b>alumnado.</b>	Siete escuelas de la región van a ser reformadas durante las vacaciones.

No trecho acima temos dois casos. O primeiro trata-se de substituir “alunos” por “alunado”, uma palavra que representem os dois gêneros – tópico que será abordado futuramente; e, o segundo trata-se da omissão da palavra “aluno”. Essa sugestão consiste em omitir a palavra com marca sexista quando não houver alteração de sentido na frase. Neste caso, por exemplo, o fato de palavras como “escolas” e “férias” aparecerem, já presume que as reformas serão feitas durante o período de férias escolares.

#### 4.2. Utilização de palavras que representem os dois gêneros e reescrita

A principal sugestão proposta por este trabalho é que, ao escrever, sejam utilizadas palavras que representem os dois gêneros, rompendo efetivamente com o sexismo na linguagem, a fim de que homens e mulheres estejam igualmente representados na fala e na escrita. Outra forma de se construir essa igualdade na língua é reescrever a frase desfazendo as marcas de gênero. Conforme a tradução abaixo é possível verificar algumas alternativas (Manual para o uso não sexista da linguagem, 2014, p. 92, 93 e 100):

Texto de Partida (português)	Texto de Chegada (espanhol)
O seminário Todos pela Saúde, voltado <b>aos prefeitos eleitos</b> em 2012.	El seminario Todos por la Salud, direccionado a <b>los ayuntamientos electos</b> el 2012.
Foram <b>convidados os eleitos e reeleitos</b> em todos os municípios gaúchos, sendo que, aproximadamente 200 estiveram presentes ou <b>representados</b> .	<b>Aproximadamente 200 municipios estuvieron presentes o representados. Se hizo la invitación a todos los ayuntamientos electos y reelectos.</b>
Um dos temas de destaque nas apresentações <b>dos diretores</b> da SES foi a Atenção Básica, que é o atendimento mais próximo <b>do cidadão</b> , por meio das Unidades Básicas de Saúde ou equipes da Estratégia de Saúde da Família.	Uno de los temas de destaque en las presentaciones <b>de la dirección</b> de la Secretaria de Salud fue la Atención Básica, que es el cuidado más cerca a los <b>ciudadanos y ciudadanas</b> , a través de las Unidades Básicas de Salud o equipos de la

	Estrategia de Salud de la Familia.
Segundo os <b>organizadores</b> e participantes, a atividade contribui para que as pessoas reflitam sobre o transplante de órgãos.	Tanto <b>la organización como quienes participaron</b> del evento piensan que la actividad contribuye para que las personas reflexionen sobre el trasplante de órganos.
Público Alvo:  <b>Pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, médicos, assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas, educadores e demais profissionais e estudantes interessados.</b>	Publico Destinatario:  <b>Personas con formación en Pedagogía, Psicología, Terapia Ocupacional, Fonoaudiología, Medicina, Servicio Social, Enfermería, Fisioterapia, otras aéreas de Educación y demás profesionales y estudiantes que tengan interés.</b>

Utilizar palavras como “prefeituras<sup>22</sup>”, ao invés de “prefeitos”; “direção<sup>23</sup>”, ao invés de “diretor”; e “organização<sup>24</sup>”, ao invés de “organizadores” traz neutralidade para o texto. Além disso, esse trecho traz a substituição de “participantes” por “quem participou<sup>25</sup>”, o uso do “quem” na linguagem inclusiva será retomado no item 4.4. Já no caso do trecho “foram **convidados os eleitos e reeleito** sem todos os municípios gaúchos, sendo que, aproximadamente 200 estiveram presentes ou **representados**”, para romper com as marcas de gênero foi preciso reescrever o texto, colocando outra palavra como sujeito, neste caso, “município”: “**Aproximadamente 200 municipios estuvieron presentes o representados. Se hizo la invitación a todos los ayuntamientos electos y reelectos.**”

O Manual para o uso não sexista da linguagem (2014, p. 57) apresenta outras sugestões de palavras que representem os dois gêneros para substituir as palavras com marca de gênero masculino, principalmente no que diz respeito à escrita de documentos oficiais que, frequentemente, apresentam os termos listados abaixo:

<sup>22</sup> Ayuntamientos.

<sup>23</sup> Dirección.

<sup>24</sup> Organización.

<sup>25</sup> Quienes participaron.

<b>Desaconselhável</b>	<b>As alternativas recomendáveis</b>
Assessores/ o assessor	Assessoria
Orientadores/o orientador	Orientação
Os chefes/o chefe	Chefia
O diretor/os diretores	A Direção
O coordenador/os coordenadores	A Coordenação
Os redatores	A Redação

**Figura 3** – Alternativas de recursos linguísticos para evitar que se utilize a forma masculina em adjetivos, profissões ou cargos quando não sabemos o gênero das pessoas às quais nos referimos

### 4.3. Utilização dos dois gêneros (masculino e feminino)

Mencionar os dois gêneros (masculino e feminino) ao falar ou escrever é uma das sugestões mais polêmicas da proposta da linguagem inclusiva, isso porque, segundo alguns autores, ela vai contra o princípio da economia da linguagem. No entanto, Vázquez (2009) faz a seguinte reflexão em seu texto e apresenta como argumento:

(...) o objetivo da linguagem não sexista não consiste, de forma alguma, em criar expressões ridículas, mas frases que façam com que pensemos na representação de mulheres e homens na língua como seria em “as empregadas e empregados da Galícia estão insatisfeitos porque foram pressionados, e inclusive obrigados, a declararem-se pessoas católicas”. Não se trata de repetir todas as palavras da frase com flexão de gênero, mas de duplicar em pelo menos uma ocasião as palavras que aludem mulheres e homens para que amb@s sejam explicitamente mencionados e sejam visíveis na representação mental que fazemos da realidade. Frequentemente é preferível que o grupo nominal da frase seja duplicado (já que em nível cognitivo é o que tem mais poder evocador para criar uma linguagem mental determinada), mas dependendo de cada caso pode ser mais apropriado duplicar o artigo (“as e os jornalistas”) ou o adjetivo (“profissionais qualificadas e qualificados”). (VÁZQUEZ, 2009, p. 5 – tradução minha)<sup>26</sup>

<sup>26</sup> No original: “(...) el objetivo del lenguaje no sexista no consiste en absoluto en crear expresiones de este tipo que invitan a la ridiculez, sino frases que hagan pensar en la representación de mujeres y hombres en la lengua como podrían ser “las empleadas y empleados de Galicia están descontentos porque fueron instados, e incluso obligados, a declararse personas católicas”. No se trata de repetir todas las palabras de la frase con flexión de género, sino de duplicar por lo menos en una ocasión las palabras que aluden a mujeres y hombres para que amb@s estén explícitamente mencionados y sean visibles n la representación mental que hacemos de la realidad. Con frecuencia, suele preferirse que se duplique el grupo nominal de la frase (ya que a nivel cognitivo es el que más poder evocador tiene en crear una imagen mental determinada), pero dependiendo de cada caso puede resultar más apropiado duplicar el artículo (“las y los periodistas”) o el adjetivo (“profesionales cualificadas y cualificados”).

A seguir, mais trechos de exemplos retirados do Manual para o uso não sexista da linguagem (2014, p. 92 e 93):

<b>Texto de Partida (português)</b>	<b>Texto de Chegada (espanhol)</b>
Rede Escola de Governo encerra ano com 10 mil <b>servidores</b> e agentes sociais <b>beneficiados</b> .	La Red Escuela de Gobierno encierra el año con 10 mil agentes sociales, <b>servidoras y servidores beneficiados</b> .
Na oportunidade, <b>os próprios autores</b> das propostas vencedoras explicarão suas ideias ao governador.	En la oportunidad, <b>las autoras y los autores</b> de las propuestas ganadoras explicarán sus ideas al Gobernador.
O governador, ao saudar <b>os novos procuradores e seus familiares</b> , enfatizou que <b>os procuradores</b> são o cerne da relação pública do Estado com a <b>cidadania</b> .	El Gobernador saludó a <b>los nuevos procuradores y procuradoras, sus familias</b> y enfatizó que <b>la procuraduría</b> es núcleo de la relación pública del Estado con la ciudadanía.

Levando como base o que é abordado por Vázquez (2009), são propostas as seguintes traduções para:

“servidores” – “servidoras e servidores”

“procuradores” – “procuradores e procuradoras”

Assim tanto a palavra seguinte “beneficiados” quanto a anterior “novos” concorda com o gênero do referente mais próximo, ou seja, com “servidores” e com “procuradores”:

“servidoras e **servidores beneficiados**”

“**os novos procuradores** e procuradoras”

Sendo assim, é desnecessário escrever “servidoras e servidores beneficiados e beneficiadas”, “novos e novas procuradores e procuradoras” o importante é evidenciar o gênero feminino no discurso de alguma forma e determinar critérios de utilização, conforme exposto por Vázquez (2009):

Para isso, é necessário determinar um critério simétrico que regule a ordem de aparição dos elementos, rompendo com a ordem social patriarcal que nos levaria sempre a colocar o masculino primeiro. A respeito disso, um critério pode ser, por exemplo, o alfabético (‘meninas e meninos’, ‘meninas/os’, mas ‘autor/a’, ‘autor ou autora’). E mesmo assim é necessário estabelecer um critério simétrico para a concordância. Para isso, uma opção pode ser a proximidade com o grupo nominal (‘amanhã chegam as meninas e meninos índios’, mas ‘amanhã chegam o autor e autora índia’), pois este critério já é aceito pela norma acadêmica e frequentemente utilizado (quando o referente não são pessoas) em frases como ‘o hospital tem tetos, portas e paredes brancas’. Apesar disto, na verdade pouco importa promover que tanto mulheres quanto homens sejam visíveis na linguagem sem cair em frases absurdas como a do exemplo, porque se decidimos duplicar unicamente o grupo nominal irão dizer que somos incoerentes: “dizem os trabalhadores e trabalhadoras, mas a verdade é que jamais seguem [a duplicação] como seria seu dever de fazer” (Javier Marías em, EPS, 13/07/2008). (VÁZQUEZ, 2009, p. 6 – tradução minha)<sup>27</sup>.

#### 4.4. Uso do “quem”

A utilização de “pessoa/pessoas” e “quem” também é uma das propostas que visa acabar com o sexismo nos textos, bem como o uso de “alguém”, “qualquer” conforme sugestão do Manual para o uso não sexista da linguagem (2014, p. 48):

---

<sup>27</sup> No original: “Para ello, es necesario determinar un criterio simétrico que regule el orden de aparición de los elementos, rompiendo con el orden social patriarcal que nos llevaría siempre a colocar el masculino primero. A este respecto, un criterio puede ser, por ejemplo, el alfabético (‘niñas y niños’, ‘niñas/los’, pero ‘autor/a’, ‘autor o autora’). Y resulta asimismo necesario establecer un criterio simétrico para la concordancia. Para ello, una opción puede ser la cercanía con el grupo nominal (‘mañana llegan las niñas y niños indios’, pero ‘mañana llegan el autor y autora india’), pues este criterio ya es el aceptado por la norma académica y frecuentemente utilizado (cuando el referente no son personas) en frases como ‘el hospital tiene techos, puertas y paredes blancas’. A pesar de esto, en realidad poco importa promover que tanto mujeres como hombres seamos visibles en el lenguaje sin caer en frases absurdas como la del ejemplo, porque si decidimos duplicar únicamente el grupo nominal ya se ocuparán de decir que somos incoherentes: “dicen los trabajadores y trabajadoras, pero lo cierto es que jamás siguen [con la duplicación] como estarían en el deber de hacer” (Javier Marías en EPS, 13/7/2008).”

Como se pode evitar o uso de **aquele** e **aqueles**? Quando temos o relativo **que** em seguida podemos substituir por **quem**. Por exemplo:

Aqueles que saibam assinar que o façam no final da aula.	NÃO RECOMENDADO
Quem souber assinar que o faça no final da aula.	RECOMENDADO
Papa pede cuidado especial àqueles que têm fome e sede.	NÃO RECOMENDADO
Papa pede cuidado especial a quem têm fome e sede.	RECOMENDADO
Forte é aquele que acredita.	NÃO RECOMENDADO
Forte é quem acredita.	RECOMENDADO

Podemos substituir o uso de **homem** por **alguém**, **qualquer**. Por exemplo:

Quando o homem não tem saúde tudo é mais difícil	NÃO RECOMENDADO
Quando alguém não tem saúde tudo é mais difícil	RECOMENDADO
Se o homem ouve rádio se anima um pouco	NÃO RECOMENDADO
Se alguém ouve rádio se anima um pouco	RECOMENDADO
Quando o homem se confunde ao fazer algo	NÃO RECOMENDADO
Quando qualquer pessoa se confunde ao fazer algo	RECOMENDADO

**Figura 4** – Alternativas de recursos linguísticos para evitar que se utilizem pronomes e advérbios com gênero masculino, optando por palavras que têm o mesmo sentido e não marcam um gênero específico

Sendo assim, o texto abaixo apresenta soluções de traduções usando o “quem” para desfazer as marcas de gênero (Manual para o uso não sexista da linguagem, 2014, p. 92 e 93):

Texto de Partida (português)	Texto de Chegada (espanhol)
Esta é uma luta antiga <b>do trabalhador brasileiro</b> , de <b>todos aqueles</b> que querem uma sociedade mais justa e igual.	Esta es una lucha antigua <b>del trabajador y de la trabajadora brasileña</b> , de <b>quienes</b> quieren una sociedad más justa e igualitaria.
Será fornecido certificado <b>ao</b> participante que obtiver frequência mínima de 75%.	Van a ser fornecidos certificados <b>para quien obtenga</b> frecuencia minina de 75%.

Tudo isso para facilitar a vida <b>dos</b> veranistas que frequentam as praias dos litorais Norte e Sul.	Todo eso para facilitar la vida de <b>quienes</b> frecuentan las playas de los litorales Norte y Sur.
--	---

Substituir:

“**todos aqueles** que querem” por “de **quem** quer”;

“certificado **ao** participante” por “certificados **para quem** obtiver”

“facilitar a vida **dos** veranistas” por “facilitar a vida de **quem** frequenta”

Na última frase aparece a palavra “veranistas” que poderia ser traduzida por “veraneante”. Esse é um substantivo sobrecomum, não marca gênero. No entanto, ela precisa vir acompanhada do artigo “o/a veranista”, por isso, optar pela construção “quem frequenta as praias” ou “quem veraneia” acaba sendo a sugestão mais inclusiva.

Neste capítulo, tentei demonstrar na prática tradutória como é possível adotar uma linguagem inclusiva sem perda de sentido do Texto Fonte. Espero ter demonstrado que a desnaturalização do modelo sexista representa um importante passo na direção da inclusão das mulheres através da linguagem.

## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou apresentar argumentos que sustentam a importância do uso de uma linguagem inclusiva de maneira geral e também na tradução de textos português/espanhol para promover a inclusão das mulheres. Inicialmente, foi apresentado o conceito de linguagem inclusiva e de que forma a utilização do masculino – considerado como neutro – se constrói na sociedade e se manifesta na língua. Os textos utilizados foram da teórica Olga Castro Vázquez, uma tradutora feminista que defende a reescrita de textos através de uma perspectiva mais inclusiva.

O trabalho teve também como finalidade apresentar maneiras viáveis para que a linguagem inclusiva seja utilizada na elaboração de documentos oficiais, que são considerados como um material produzido e direcionado a toda população. Para isso, o Estado do Rio Grande do Sul foi utilizado como referência, na medida em que possui uma Lei, que prevê a utilização dessa linguagem, e um Manual para o uso não sexista da linguagem (2014), que apresenta de que forma isso pode ser efetivado na prática. Além de, para construir um paralelo com a língua espanhola, analisar e apresentar documentos oficiais da cidade de Buenos Aires que, em alguma medida, também já realiza esse movimento de inclusão na linguagem.

O objetivo principal foi cumprido através da aplicação da linguagem inclusiva, na prática, apresentando traduções com sugestões de diversas soluções para uma reescrita que contemple a utilização de ambos os sexos na escrita. Mesmo assim, entende-se que este estudo não contempla toda a complexidade da utilização da linguagem não sexista e das dificuldades que se apresentam durante o processo tradutório. Além de também não apresentar como o uso da linguagem inclusiva se dá nos demais países de fala hispânica, fazendo apenas um pequeno recorte.

No entanto, se espera que este trabalho contribua para o avanço da prática da linguagem inclusiva nos Estudos de Tradução e para que o processo tradutório possa ser repensado de outras maneiras. Além disso, acredita-se que uma reflexão como essa contribui para a inclusão efetiva das mulheres em todos os âmbitos e espaços e, finalmente, desafia todos os Governos a pensarem em ações e estratégias que abordem pautas feministas.

## 6. REFERÊNCIAS

VÁZQUEZ, Olga Castro. **Género y Traducción: elementos discursivos para una reescritura feminista**. Lectora: Revista de Dones i textualitat, n. 14, Universidad de Barcelona, 2008.

\_\_\_\_\_. **Rebatiendo lo que otrOs dicen del lenguaje no sexista**. Mujeres en Red: el periódico feminista, Espanha, 2009.

ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa: experiências de tradução**. São Paulo: Record, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende**. Porto Alegre: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.484**, de 30 de janeiro de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 49.994**, de 27 de dezembro de 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição Estadual do Rio Grande do Sul**. Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 3 de out. 1989.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. Brasília: Presidência da República, 2002.

ARGENTINA. **Creación del Observatorio de Medios para la Igualdad y Contra las Violencias**, de 24 de maio de 2017.

ARGENTINA. **Prevención de la discriminación en lugares de acceso público**, de 13 de junho de 2017.

ARGENTINA. **Prevención y sanción de expresiones discriminatorias en espectáculos deportivos**, de 13 de junho de 2017.

LERNER, Gerda. **La Creación del Patriarcado**. Oxford University, Nueva York, 1986.

Traduzido por: TUSELL, Mónica. Editorial Crítica, S.A: Barcelona, España, 1990.